

Primeiros 60 dias devem ser decisivos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os primeiros 60 dias de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte e o período da primeira votação do projeto de Constituição, programado para acontecer em agosto, são os momentos mais decisivos e propícios à participação popular na elaboração da nova Carta. O alerta é do ex-deputado João Gilberto (PMDB-RS) e atual diretor do Centro de Estudos e Acompanhamentos da Constituinte (Ceac), ao fazer ontem uma avaliação do Regimento Interno, que será distribuída a várias entidades de classe, orientando-as para o encaminhamento de suas sugestões.

João Gilberto ressaltou que a forma como vai ser elaborada esta Constituição é "bastante ousada". Em 1946, o que existia era uma Comissão de Projeto e, este ano, existem nove comissões, sendo uma de sistematização e oito temáticas, que se subdividem em três subcomissões. Nas subcomissões é que serão desenvolvidas, no primeiro momento, as questões sociais, econômicas, políticas e culturais, que depois serão apreciadas pelas comissões afins. De acordo com o diretor do Ceac, as subcomissões são obrigadas a realizar de 5 a 8 audiências públicas com entidades representativas de setores da sociedade. "Durante 40 dias — prazo de funcionamento das subcomissões — é importante a apresentação de idéias básicas sobre os temas e a contribuição dos grupos de pesquisa e comunidade", advertiu João Gilberto.

Ele frisou que cabe aos movimentos populares interessados em

questões específicas acompanhar os 21 Deputados e senadores que formarão a subcomissão onde elas terão o primeiro tratamento. Os 63 membros que integrarão a Comissão Temática também não devem ser perdidos de vista, recomendou, pois será este grupo o responsável pela formulação da proposta sobre o tema que vai constar do projeto de Constituição. Tudo isso acontecerá em 60 dias.

A etapa em que a matéria aprovada pela Comissão Temática vai a Comissão de Sistematização para ser unificada com o restante acontecerá nos 30 dias seguintes. Segundo João Gilberto, este é "um momento de atenção". A Comissão de Sistematização não pode inverter o mérito das proposições, ou seja, se a comissão temática respectiva aprovar o parlamentarismo, a Comissão de Sistematização não pode transformar o regime em presidencialista. Neste momento, caberão apenas ajustes na redação.

Quando o projeto estiver pronto, em fins de junho, vai se iniciar a etapa de emendas de plenário, durante 30 dias. Nesse período, será admitida oficialmente a apresentação de emendas populares, subscritas por 30 mil eleitores. "Se um assunto não constou adequadamente no texto da Constituição, precisa haver emenda sobre ele nesta hora, pois, do contrário, estará perdida a chance de vê-lo adequadamente apreciado", alertou o ex-deputado.

No final de agosto, início de setembro, o projeto da nova Carta será votado em primeiro turno e, de acordo com João Gilberto, será o momento das grandes manifestações populares.